



O SENSO CRÍTICO NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

Ane Caroline Ferreira da Silva, Iêda Maria Ramos Cunha

Introdução

A criação e a evolução dos cursos de Administração no Brasil ocorreram, num primeiro momento, nas Instituições Universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa, e num segundo momento, vinculado as Faculdades Privadas. A expansão do curso de Administração também está ligada as mudanças no cenário econômico do país, houve um aumento intenso das grandes empresas, implicando na necessidade de profissionais capacitados para desempenharem diferentes funções nas organizações. Após a regulamentação da profissão, em 8 de julho de 1966 o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração. Assim, para controlar as condições de acesso à profissão, foram criados os Conselhos Regionais de Administração (CRA) [1], com a função de fiscalizar o desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais, apenas os que fossem registrados no CRAs poderiam exercer a profissão. Em 30 anos, o curso de Administração atingiu um alcance significativo na sociedade brasileira, visto que em 1954 contava apenas com dois cursos, atingindo 823 cursos na década de 90, e 1805 curso em 2010.

O curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros foi iniciado em julho de 1972, desde então foram formados profissionais, sendo que uma boa parte desses trabalha nas diversas áreas de atuação do administrador, com vínculo empregatício, como servidores públicos ou profissionais liberais. Em 27/02/1977, através do decreto 79.868, o curso teve seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação. Dentro das características do curso foram determinados alguns aspectos que o profissional, ao final do curso deveria apresentar, como por exemplo, a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional; formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente; formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais; dentre outros aspectos.

O questionar a realidade, analisar situações políticas e interpretar seu contexto social, por parte dos cidadãos, demonstra a existência de uma reflexão crítica na sociedade. Entre os diversos mecanismos e instituições que fomentam tal senso, as instituições de ensino superior, principalmente as universidades, exercem papel fundamental na formação e construção desta criticidade. Através da compreensão da universidade, mestres e acadêmicos buscam compreender a sociedade. A universidade reflete a sociedade com suas estruturas autoritárias e seus princípios de ordem e poder por isso existem a necessidade de que a universidade se constitua, enquanto um espaço de questionamentos, a determinadas imposições do capital, ampliando tal questionamento ao âmbito social (Tragtenberg, 2004) [2]. Para que se crie um ambiente propício à reflexão, é necessário que haja uma distância entre a universidade e as demandas da sociedade, que sempre cobram uma resposta imediata das instituições de ensino para suas necessidades (Bruniera, 2014) [3].

A sociedade brasileira de hoje debruça-se sobre um alto conformismo social. O alienamento à política, economia e questões sociais traz para o dia-a-dia do brasileiro uma ideia de convivência com tudo que acontece ao seu redor; sem grandes questionamentos, há uma aceitação da realidade que lhe é imposta. A pequena participação dos acadêmicos em discussões e manifestações críticas pode ser consequência da necessidade de um ensino mais voltado para a necessidade econômica do país (Bruniera, 2014) [3]. Contudo, durante o ano de 2013, após aumento nas tarifas do transporte público em São Paulo e em outras capitais, ocorreram diversas manifestações nestas cidades, que desencadearam uma onda de movimentos por todo o país, aparentava ser um acordar crítico para a realidade do país. As diversas manifestações populares tinham como principal propósito a ideia de tentar mudar a realidade brasileira: corrupção, altos impostos, serviços públicos de baixa qualidade, dentre outras questões que impossibilitavam o avanço do país socioeconomicamente.

Tais movimentações também chegaram ao interior, como foi visto em Montes Claros, Minas Gerais. Aos que compareceram à movimentação era nítido a pouca politização ou criticidade naquele espaço; era muito mais “seguir a onda” e manifestar também. Essa situação propõe-se contraditória, pois, por se tratar de uma cidade polo universitária



espera-se uma maior politização da população, visto que a cidade possui uma grande classe universitária. É nesse contexto que este trabalho se faz relevante, pois é partindo do pressuposto de que um dos objetivos da universidade é desenvolver o senso crítico, e o posicionamento diante das realidades vivenciadas, o porquê disto não ocorrer em situações como as vivenciadas no ano de 2013? A classe universitária faz-se realmente crítica? A universidade cumpre este papel? E o curso de administração apresenta-se crítico ou apenas formador de mão de obra alienada ao capital? O objetivo deste estudo é analisar e refletir sobre o papel da universidade no país e, em específico, o curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual de Montes Claros na construção do senso crítico.

Material e métodos

Buscando analisar a evolução do curso de Administração na Universidade Estadual de Montes Claros faz-se aqui a adoção por uma abordagem de pesquisa exploratória; constituindo-se também de outras duas metodologias: revisão documental - perpassando pelos Projetos Políticos Pedagógicos do curso e se suas bases contemplam disciplinas/vertentes críticas - e bibliográficas acerca da constituição do curso de administração em nível Brasil e Montes Claros.

A pesquisa do tipo exploratória permite uma maior familiaridade com o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Por ser uma pesquisa bastante específica, pode-se afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, que em consonância com outras fontes dará base ao assunto abordado. Já a principal característica das pesquisas do tipo documental é o foco desta estar relacionado à busca de dados e informações, de forma restrita, em documentos escritos ou não. Constituído-se assim, uma coleta de dados em fontes primárias (Marconi e Lakatos, 2003) [4]. Dessa forma, a seção deste trabalho que tem como base a pesquisa documental, usará da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Administração na Unimontes; em uma perspectiva comparativa histórica.

O acesso a tais documentos deu-se através do próprio departamento do curso na universidade, sendo feita a análise comparativa desde o primeiro projeto político pedagógico elaborado até o presente, em vigência. A análise focou na mudança da grade curricular e adaptação realizada durante os anos com a retirada e inclusão de determinadas disciplinas e perspectivas teóricas abordadas nas disciplinas.

No tocante a pesquisa bibliográfica, esta se constitui de consulta a fontes secundárias. Visa assim, consultar bibliografia já publicada em relação ao tema objeto de estudo (Marconi e Lakatos, 2003) [4]. A pesquisa bibliográfica contemplou ainda a discussão acerca da crítica na Universidade e o papel desta na sociedade. Essa revisão buscou trazer respaldo ao argumento de que este espaço se constitui enquanto local de discussão e desenvolvimento do pensamento crítico.

Resultados e Discussão

Analisando a estrutura curricular do curso de Administração Unimontes, percebe-se que algumas disciplinas perduraram por todos os anos pesquisados. Pode-se concluir que são as que baseiam o curso, como teoria geral da administração, contabilidade, matemática, economia, direito, recursos humanos, administração de materiais e administração da produção.

São perceptíveis alterações consideráveis, como a inclusão da disciplina filosofia, que, entretanto, só foi acrescentada, a partir da estrutura curricular do ano de 1993. A carga horária da mesma diminuiu de maneira considerável, de 60 horas, em dois semestres, para 30 horas em um semestre. Tal mudança foi salientada, pois conforme a ementa é uma das disciplinas das quais alguns dos objetivos são “instrumentalizar o aluno para abordagens críticas dos valores, fatos e tendências atuais” e “um espaço de reflexão para o autoconhecimento, compreensão do mundo e melhor percepção dos seres humanos”.

Outra importante mudança ocorreu no campo da sociologia que poderia favorecer um maior conhecimento e discussão colocando temáticas como sociedade, política e crítica ao capital em debate. A disciplina, que trabalhava dentre outros tópicos, conceitos de ciência política, de instituição social, de mobilidade social e formas de governo, teve sua carga horária reduzida, de 60 horas para 30 horas semestrais.

A grade curricular do curso, desde o seu início, não compreende também disciplinas que versam sobre discussões da administração com outras áreas em uma perspectiva mais sociológica, psicológica e até mesmo antropológica. Portanto, tais disciplinas que poderiam favorecer o estímulo ao senso crítico, não estavam compreendidas nos projetos e as poucas que se faziam presente perderam um importante espaço durante a consolidação do curso. Pode-se observar, na grade curricular do curso, uma grande quantidade de disciplinas que são voltadas para a formação de mão de obra qualificada de acordo com os padrões impostos pelo capital. Nota-se, então, que existe uma tendência a alienação, no sentido de que



o aluno é preparado especificamente para o mercado de trabalho de modo que o espaço para a reflexão é mínimo e é praticamente impossível sair dos padrões mecanicistas. Não há presença de disciplinas como teoria crítica, que seria importante para a discussão atual.

Conclusão

Pelo presente estudo, conclui-se que a falta de disciplinas que instiguem o senso crítico, na grade curricular do curso de Administração da Unimontes, pode interferir na formação, concepção e postura dos acadêmicos diante de acontecimentos, como as manifestações ocorridas no ano de 2013.

O senso crítico contribui para o desenvolvimento da sociedade, o crítico averigua fatos, ao invés de simplesmente aceitá-los, questiona e busca a veracidade. Essas atitudes poderiam surgir a partir de uma reflexão crítica na universidade, mas muitas vezes são interrompidas pelo modelo engessado e mais técnico definido pela grade curricular. As universidades deveriam exercer papel fundamental na formação de um pensamento crítico, na análise de acontecimentos e principalmente em posicionamentos políticos e sociais, sobre temas latentes, mas percebe-se que isso não ocorre, pelo menos no curso de administração.

Por fim, observou-se que no curso de administração da Universidade Estadual de Montes Claros, o papel de formar o acadêmico crítico ainda é pouco aplicado, formam-se administradores apenas para atender as necessidades do mercado, do nosso modelo econômico. O curso de administração é responsável por formar profissionais que gerenciarão as organizações, visando obter o maior lucro possível, ser produtivo, ter pessoas competentes, obter vantagens competitivas para que tenha maior crescimento de mercado que os concorrentes, dentre outras funções capitalistas. Busca assim, uma formação universitária que torne o acadêmico um trabalhador, uma mão de obra capacitada e qualificada, daí a inibição de disciplinas que levem a um pensamento crítico. Como colocar trabalhadores que questionem o sistema dentro das organizações? É viável ao capital um modelo de ensino que critique as atuais relações de trabalho e sociais? É impensável ao capital esse tipo de ensino; e tal situação só reflete que as instituições de ensino superior não são independentes, mas estão a serviço do capital e do mercado.

Referências

- [1] CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. **História do conselho regional de administração**. Disponível em: < <http://www.cramg.org.br/historia/>>. Acesso em: 14 julh. 2014.
- [2] TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: UNESP, 2004.
- [3] BRUNIERA, Celina et al. **Entrevista: "O lugar da crítica na universidade pública", com Irene Cardoso**. Plural (São Paulo. Online), [S.l.], v. 9, p. 181-196, Mar. 2014. ISSN 2176-8099. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/plural/article/view/75773/79260>>. Acesso em: 14 julh. 2014.
- [4] MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.